

ARTIGOS



## *A conquista dos povos indígenas e o discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista*

*The conquest of indigenous people and the discourse of decadence in the narratives of Goiás in 19th century*

*Martha Victor Vieira\**

---

**Resumo:** Neste artigo pretendo investigar a forma como algumas narrativas sobre Goiás relacionaram a conquista dos povos indígenas com a necessidade de promover o desenvolvimento e superar a situação de decadência da província. Para isso, eu selecionei alguns escritos fundacionais da história goiana, que foram construídos no século XIX, mas se reportam ao período colonial brasileiro e trazem indícios reveladores da intrincada política indigenista dessa época.

**Palavras-chave:** Província de Goiás. Indígenas. Conquista.

**Abstract:** In this article I intend to investigate how some narratives about Goiás related the conquest of indigenous peoples with the need to promote development and overcome the situation of decadence of the province. For that, I selected some foundational writings of Goiás' history, which were built in the 19th century, but which refer to the colonial period in Brazil and bring revealing evidences of intricate indigenous politics from that time.

**Keywords:** Province of Goiás. Indigenous. Conquest.

---

\* Doutora em História Social pelo Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Professora no curso de História, do Programa de Mestrado Profissional em História e do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura e Território da Universidade Federal do Tocantins, campus de Araguaína. *E-mail:* martha.victor@uft.edu.br

## Introdução

Um aspecto marcante das narrativas que circularam sobre a província de Goiás, no século XIX, é o famigerado discurso da decadência. Esse discurso está na literatura de viagem, nos documentos oficiais, na imprensa goiana e nas memórias feitas pelos contemporâneos. Nota-se, nessas narrativas, que as causas da decadência estão associadas a três fatores fundamentais: a crise da mineração, a presença indígena e a dificuldade de comunicação, devido a distância e ao isolamento. Havia certo consenso de que a forma de incentivar o melhoramento econômico dessa região central do Brasil era promover a navegação dos rios e povoar as suas margens.

O discurso da decadência foi tão recorrente, que se tornou chave de leitura de vários historiadores que interpretaram Goiás oitocentista, entre os quais Luis Palacin e Maria Augusta de Sant'anna Moraes que, na obra *História de Goiás (1722-1972)*, afirmam que, após 1750, devido à decadência da mineração, a província teve uma vida “medíocre”: “Na primeira metade do século XIX, era desolador o estado da província de Goiás. Com a decadência, a população não só diminuiu como se dispersou pelos sertões [...]” (1994, p. 43-44). Eurípedes Antônio Funes, no livro *Goiás, 1800-1850: um período de transição da mineração à agropecuária*, também argumenta que após a fase mineradora, não houve nenhuma atividade capaz de dar continuidade ao processo de desenvolvimento regional. Sérgio Paulo Moreyra (1972), ao falar do processo de independência em Goiás, por sua vez, reitera que a decadência da mineração e a falta de alternativas levaram a população à dispersão.

O discurso da decadência já foi contestado, com bastante competência, por estudiosos da história goiana. Um dos estudos mais referenciados sobre essa temática é o livro de Nasr Fayad Chaul (2010), *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Esse historiador argumenta que foi o olhar europeizado dos viajantes oitocentistas que ajudou a construir o discurso do atraso goiano, o qual foi utilizado, após 1930, para se modernizar a região, com base em novos critérios. Noé Freire Sandes (2001, p. 22), no texto *Memória, nação e região*, presente na coletânea *Goiás: identidade, paisagem e tradição*, ao entrar nesse debate, lembra que é necessário investigar a lógica da vivência dos agentes que veicularam esse discurso. Nas suas palavras, precisamos problematizar o discurso da crise, tendo em vista que “[...] a exageração, tão comum aos cronistas do século XIX, definia uma estratégia de inclusão do chamado sertão ao poderoso braço do Estado”. O desejo de integração ao projeto do

governo central fazia com que a elite dirigente de Goiás, bem como as autoridades centrais, enfatizasse o discurso da crise econômica. Por isso, segundo Sandes, é necessário desconfiar dessa memória, a fim de que possamos compreender a história de Goiás.

Não pretendo aqui entrar no mérito da discussão historiográfica sobre a tese da decadência. No caso do discurso das autoridades imperiais, concordo com o uso político do conceito, para promover o desenvolvimento. Contudo, tem algumas nuances que precisam ser destacadas, porque os atores que usavam esse argumento tinham finalidades semelhantes, que era o melhoramento da província, mas defendiam meios diferentes para atingir essa meta. Couto Magalhães (1974), por exemplo, acreditava que uma das formas de sair da decadência era promover a navegação do rio Araguaia e mudar a capital para Leopoldina. Alfredo d' Escragolle Taunay (1876, p. 8) queria fazer propaganda da província, por isso, na Exposição Nacional de 1875, lamenta a segregação de Goiás da “comunhão brasileira”; ressalta que os indígenas eram mansos e pacíficos e havia muito potencial e espaço a serem ocupados nessa região.

Partindo dessas considerações iniciais, pretendo, nesse artigo, revisitar duas fontes cruciais sobre a história goiana: *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas* (1812) e os *Anais da Província de Goiás* (1864), a fim de investigar, especificamente, a associação feita entre a conquista dos povos indígenas e a necessidade de promover o desenvolvimento provincial. Minha intenção é evidenciar que o discurso da conquista estava, intrinsecamente, atrelado ao discurso da decadência nas narrativas de Goiás oitocentista; por isso, considero que essa questão precisa ser melhor bem explorada pelos pesquisadores; que buscam compreender a historiografia goiana, haja vista que os escritos atuais, direta ou indiretamente, ainda se alimentam das mesmas fontes discursivas.

### **Silva e Souza: uma narrativa da conquista territorial**

Luiz Antônio da Silva e Souza (1764-1840) foi um eclesiástico que nasceu no arraial do Tejuco, em Serro Frio, na capitania de Minas Gerais, e que possuía reconhecida habilidade letrada. Sua residência em Goiás começou em 1790, quando assumiu a cadeira de latim. (TELES, 1998). Em 1812, atendendo a um pedido da câmara de Vila Boa, o Cônego escreveu a *Memória sobre o descobrimento, governo, população e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas*. Essa memória, inicialmente, foi publicada no periódico *O Patriota*,

em 1813 e 1814 e, posteriormente, na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, em 1849. (ALENCASTRE, 1979, p. 6). Silva e Souza escreveu ainda *Memória estatística da Província de Goiás*, no ano de 1832, a qual complementa o seu primeiro trabalho. Devido ao seu “pioneirismo”, esse autor serviu de parâmetro para vários estudos subseqüentes. (SALLES, 1971, p. 455). Por essa razão, sua obra constitui o que podemos chamar de um texto fundador da história goiana, exercendo uma grande influência na produção historiográfica sobre essa região.

Como define Eni Puccinelli Orlandi (2003, p. 7-13), os discursos fundadores são aqueles “que funcionam como referência básica no imaginário constitutivo” de um país, sendo incorporados à memória nacional. Os discursos fundadores conferem sentido aos fatos que, ao serem apropriados, produzem “[...] o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim”. Muitos relatos, ao reunirem, de forma inédita, informações oficiais e memórias relativas à determinada região ou período, transformam-se em “discursos fundadores”, porque fornecem uma chave de leitura histórica e porque atribuem sentido a um emaranhado de fatos.

A narrativa de Silva e Souza, ao coletar informações pregressas sobre a história de Goiás, do final do século XVII até o início do século XIX, funda, de certa forma, a propalada tese da decadência da capitania goiana, que teria entrado num estado de crise econômica após o auge da fase mineradora do Setecentos. A visão desoladora da província, veiculada por essa *Memória*, teve uma enorme circulação no período, de modo que, como aponta Wilson Rocha Assis (2007, p. 16), a narrativa de Silva e Souza pode ser considerada “o embrião dos relatos da decadência em Goiás, que fecundaram uma vasta corrente historiográfica a partir de então”.

O que me chama a atenção, contudo, é que Silva e Souza, baseado em documentos e na tradição oral, não veiculou apenas a tese da decadência, mas recuperou uma memória da conquista do território e da população indígena que vivia nessa região. Uma conquista que envolveu vários agentes, práticas clientelares, conflitos e negociações, e que se efetivou devido às ações incisivas dos sertanistas e com a contribuição de grupos indígenas, que se aliaram aos portugueses.

Interessada na conquista territorial, a Coroa portuguesa, desde a criação da capitania, acenava com patentes, cargos e mercês para os portugueses e luso-brasileiros que contribuíssem, com recursos humanos, militares e financeiros, para o êxito do projeto colonizador, ao mesmo tempo em que fornecia dádivas aos grupos indígenas aliados.

O prêmio que Bartolomeu Bueno da Silva recebeu, por ser o “descobridor das minas”, foi a promoção a coronel de ordenanças, e a nomeação para capitão-mor dessa região. Ao sertanista Antonio Pires Camargo, prometeu-se o Hábito de Cristo e o cargo de escrivão da ouvidoria para combater o Caiapó. Por custear a expedição contra os indígenas, o capitão Francisco Soares de Bulhões obteve em troca a graça de ter seu filho, Ignácio Soares de Bulhões, no cargo de escrivão da intendência e conferência, em 1791. (SOUZA, 1849, p. 442-455; ALENCASTRE, 1979, 45).

Para incentivar a ida e a permanência de pessoas para o “sertão” goiano, as autoridades ofereciam vários privilégios. Em 1809, no governo de Fernando Delgado Freire Castilho, El rei concedeu isenção de dízimo por dez anos para quem se estabelecesse nas margens dos rios Araguaia e Tocantins “e pelo mesmo tempo a sujeição do Índios que se tomarem em justa guerra e fazendo resistência”. (SOUZA, 1849, p. 470).

Os benefícios oferecidos para o povoamento Goiás, no início do século XVIII revelam a importância que a capitania adquiriu desde a época da mineração, mas indica também a dificuldade de encontrar pessoas dispostas a se embrenharem no interior do Brasil. A dificuldade de se promover a interiorização do País se deve à falta de recursos humanos e à veiculação de uma representação do “sertão”, como um lugar distante, inóspito e repleto de indígenas “selvagens”. Nesse sentido, o sertão opunha-se e definia-se em relação ao litoral tido como civilizado e urbanizado. (AMADO, 1995, p. 147-148). Como um território que ainda não havia sido dominado pelos agentes estatais, seja na gestão da Coroa portuguesa ou na do Governo Imperial, o sertão era uma região que precisava ser conquistada. No último quartel do século XIX, Alfredo Taunay (1876, p. 7), referindo-se a Goiás, afirmava que “Sertão no Brazil quer dizer terreno ainda não de todo ganho ao trabalho e civilização”.

No caso do sertão goiano, era consenso entre as autoridades que a conquista e a civilização dessa região dependiam do domínio e da cooptação dos grupos indígenas. Nas *Memórias* de Silva e Souza (1849, p. 432-437), pode ser observada a forma como os “aventureiros” adentravam o sertão fazendo guerra, amedrontando e persuadindo os indígenas para que eles contribuíssem com os agentes colonizadores e não oferecessem resistência. Dentre as estratégias dos sertanistas consta o recurso usado por Bartolomeu Bueno da Silva (o Anhanguera), que tocou fogo na aguardente e ameaçou fazer o mesmo com os rios. Havia ainda sertanista que prendia as mulheres para obrigar os indígenas a contribuírem.

Mas as estratégias de conquista dos indígenas nem sempre envolviam o recurso da força, sendo frequente a menção às negociações e à contribuição indígena com o colonizador. O Cel. Antônio Pires de Campos teria vindo de Cuiabá acompanhado de “quinhentos Bororós”, para combater o Caiapó de Goiás. O governador Fernando Delgado Freire de Castilho (1809-1820), na sua gestão, teria concedido alguns agrados para os índios Xerente do sertão do Duro, para que ficassem apaziguados em suas terras. (SOUZA, 1849, p. 447).

A frequência tanto das ações violentas quanto das negociações demonstra o protagonismo dos grupos indígenas, que não ficaram passivos diante do avanço da conquista territorial. É devido a esses atos de resistência dos indígenas (Chavante, Caiapó, Acroá, Avá-Canoeiro, entre outros), que eles eram representados como um obstáculo ao progresso e ao povoamento. Por conseguinte, a presença indígena era, constantemente, associada ao discurso da decadência de Goiás. Tomam-se as palavras de Silva e Souza ao narrar o período de superintendência de Bartolomeu Bueno da Silva:

Mas ainda restava vencer um obstáculo, que se oppunha ao aumento da população, que era a fúria dos Cayapós da parte do Sul; e do norte os Chavantes, Acroás e Carcabas, que a cada passo faziam roubos, incêndios e mortes, ou por sua congenita ferocidade, ou em vingança dos primeiros sertanistas [...]. (SOUZA, 1849, p. 441).

Além de relatar a “congênita ferocidade” e os atos de resistência indígena, Silva e Souza denuncia a forma como as ações oficiais eram violentas nas aldeias. Segundo ele, o pedestre Vitor Antonio agia como um bárbaro, invadindo as aldeias e matando até aqueles que se rendiam e pediam por sua vida. Essa crítica de Silva e Souza deve-se à sua concordância com o projeto civilizador do Monarca, que, na sua visão, almejava trazer para a “sociedade civil milhões de selvagens”, os quais deveriam ser transformados em “cidadãos úteis e laboriosos”. (SOUZA, 1849, p. 510).

Apesar de ser um membro da elite dirigente goiana, a narrativa do Cônego condiz com a tradicional posição dos eclesiásticos, que defendiam a inserção dos indígenas por meio da “brandura”. Sua postura condiz com a orientação da Igreja Católica que, desde o século XVI, por razões pragmáticas e religiosas, combateu a escravidão indígena. Daí talvez resida a razão dessa

crítica ao sertanista, especialmente, no que tange à forma de tratar os indígenas.

Analisando a obra de Silva e Souza, Noé Sandes e Cristiano Arrais (2013, p. 854), inferem, com pertinência, que “é com os olhos no presente de decadência econômica e atraso que o memorialista estabelece seus critérios de julgamento sobre o passado, mas também suas expectativas de transformação”, que seria viabilizada com o auxílio do Monarca. Essa forma de escrita que narra o passado com os olhos do presente, visando a projetos futuros, foi estimulada pelos membros do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado em 1838. Não à toa, o texto de Silva e Souza foi publicado na Revista desse Instituto.

### **Alencastre: a conquista territorial e o desenvolvimento de Goiás**

Vários autores oitocentistas, que construíram narrativas sobre Goiás, basearam-se na obra de Silva e Souza e fazem referência tanto à tese da decadência quanto à conquista territorial, tais como: Johann Emanuel Pohl (1976), Auguste de Saint-Hilaire (1975), Raimundo José da Cunha Mattos (1979), José Vieira Couto Magalhães (1974), José Martins Pereira de Alencastre (1979), entre outros. Deter-me-ei, particularmente, na análise de Alencastre porque acredito que os *Anais da Província de Goiás*, publicados na *Revista do Instituto Histórico Geográfico Brasileiro* em 1864, fazem uma sistematização dos fatos históricos e uma coleta de fontes sobre Goiás, em um contexto em que se constroem textos fundacionais, sob uma perspectiva nacional, e, também, em um momento, em que há uma intensa disputa no IHGB sobre como se deve narrar o passado do Brasil, tendo em vista a realidade presente e as expectativas futuras. (GUIMARÃES, 2007, p. 99-100). Por essa razão, acredito que os *Anais* possuem grande relevância para se compreender a cultura historiográfica brasileira do século XIX.

José Martins Pereira de Alencastre (1831-1871) foi um político brasileiro que presidiu a província de Goiás, de 22 de abril de 1861 a 26 de junho de 1862. Pouco se conhece sobre a trajetória desse autor; Joaquim Carvalho Ferreira afirma que ele estimulou a navegação do rio Araguaia, incentivou a cultura do trigo e mandou construir cemitérios nas cidades goianas. Contudo, seu maior feito teria sido a elaboração dos *Anais da Província de Goiás*, apesar dessa obra ter custado o desfalque dos arquivos goianos, pois Alencastre teria levado vários documentos para o Rio de Janeiro, a fim de coletar informações sobre a história de Goiás. (FERREIRA, 1980, p. 31-32).

Os *Anais* abrangem desde o período do “descobrimento” da capitania pelos jesuítas, por volta de 1625, até a posse do primeiro presidente da província, Caetano Maria Lopes Gama, em 1824. Nessa obra, Alencastre (1979, p. 13) admite a importância do texto de Silva e Souza, e afirma que, até o momento em que escrevia os *Anais*, “ninguém foi além do que escreveu” esse Cônego, cabendo-lhe a “glória de ser o cronista da província de Goiás”. Entretanto, Alencastre indica que a narrativa de Silva e Souza estava cheia de lacunas, cujas respostas ainda estavam ocultas “na poeira dos arquivos”. Fosse por ter sido leitor de Silva e Souza e de outras fontes coevas, fosse por ter tido dificuldades na presidência de Goiás, Alencastre corrobora a tese da decadência, ao reiterar que, depois de exportar tanto ouro, essa província era uma das mais pobres do Império.

Escrevendo no contexto de consolidação do Estado nacional brasileiro, quando a temática indígena era pujante no IHGB, Alencastre também foi um crítico do processo de conquista territorial empreendido pelo colonizador português. No Discurso Preliminar dos *Anais*, revela um viés indigenista ao afirmar: “Para que melhormente se pudesse desentranhar do solo as suas preciosidades, varria-se da superfície da terra os seus legítimos habitantes [...]”. Devastadas as aldeias, os silvícolas iam se refugiar nas florestas para fugir “de tão estranhos civilizadores”. (ALENCASTRE, 1979, p. 19).

Alencastre, contudo, reitera o argumento do indígena como obstáculo ao progresso, quando enuncia que a hostilidade do indígena prejudicava o serviço de mineração e inibia a emigração para Goiás, devido à falta de segurança nas estradas que levavam à província. Segundo ele, os índios Caiapós e Paiaguases “levavam suas hostilidades a ponto de interromperem o comércio”, nas estradas de Goiás e Cuiabá. Em outra passagem, reafirma a sua interpretação ao apontar: “As hordas de selvagens, insaciáveis de ódio e de vingança, traziam os povos em continuados receios”, espantando populações inteiras que abandonavam seus trabalhos e suas casas. (ALENCASTRE, 1979, p. 69-73).

O medo das reações indígenas e as políticas de ocupação do território goiano, segundo esse autor, levavam os governadores a mobilizarem tropas militares e os “principais do lugar” a se reunirem para pagarem os sertanistas para afugentarem e dominarem os silvícolas resistentes. O conhecido sertanista Antônio Pires de Campos, “tão ousado quanto bárbaro”, “conquistava a ferro e fogo” os indígenas. A esse sertanista foi dada uma arroba de ouro para combater e aldear os Caiapós, em 1742. Para essa tarefa, Pires de Campos teria contado com o auxílio dos povos Bororós,

que eram antigos inimigos dos Caiapós. O sucesso do sertanista no combate aos Caiapós levou os habitantes do norte goiano a convidá-lo para lutar contra a “fúria dos selvagens”. (ALENCASTRE, 1979, p. 78-80). Os custos dessas expedições, geralmente, eram arcados pelos colonos, seja por meio de doações voluntárias, seja por meio das derramas.

Como um representante do Estado imperial, Alencastre diverge de Silva e Souza quando acusa os jesuítas de incentivarem as revoltas dos indígenas e afirma que esses religiosos queriam interferir na “soberania temporal”. Na sua visão, “a Companhia de Jesus, em todos os tempos foi responsável por fatos altamente atentatórios da tranqüilidade pública e da soberania temporal”. Por isso, elogia o Marquês de Pombal por controlar os jesuítas. (ALENCASTRE, 1979, p. 125-127). É evidente nesse argumento o lugar da fala de Alencastre, ao defender a política pombalina que enfatizava a secularização do Estado e o fortalecimento do governo monárquico. Ao tratar do discurso da conquista, porém, o político/historiador se contradiz, na medida em que, ao mesmo tempo em que critica a ação dos sertanistas nas aldeias, também considera o indígena como obstáculo.

O contexto da escrita de Alencastre é diferente daquela de Silva e Souza, que construiu sua narrativa meio século antes, quando ainda, possivelmente, no âmbito eclesiástico, se ressentia da expulsão dos jesuítas, ocorrida em 1759. Alencastre organiza seus argumentos, a partir da perspectiva da construção e do desenvolvimento da nação, a fim de contribuir para a unidade e prosperidade do Império. Para afirmar a independência do País, era recorrente nos textos publicados na *Revista do IHGB* criticar a política indigenista da antiga metrópole, não obstante, o Governo imperial, na prática, não tivesse mudado a forma de tratar os povos originários do território. Segundo Fernanda Sposito (2006, p. 90), no interior do IHGB, eram frequentes essas posturas contraditórias em relação à temática indígena, porque, juntamente com os discursos indianistas, exaltavam-se nos relatos históricos as ações dos colonizadores portugueses.

A relação dos membros do IHGB com o Estado imperial pode ser uma das razões dessas contradições. O próprio Alencastre (1879, p. 16), logo no início dos *Anais*, adverte o leitor que foram os “deveres da administração” que o teriam levado a reconstruir o passado da província. Talvez, por isso, sua narrativa seja contraditória, pois tanto apresenta uma visão do indígena como vítima do colonizador quanto à visão do indígena como um “selvagem”, algoz dos moradores de Goiás.

O fato é que, como sócio do IHGB, sua narrativa adota a perspectiva historiográfica desse Instituto, que pretendia estimular a construção e circulação de “discursos fundadores”, para atribuir um sentido ao passado, com base no presente. (GUIMARÃES, 2007). Essa cultura historiográfica do IHGB, influenciada pelos padrões científicos europeizantes, caracteriza-se pela descrição e linearidade narrativa, busca a *verdade* dos acontecimentos e toma o documento e as memórias oficiais como fidedignas.

A escrita dos *Anais da Província de Goiás*, como outras narrativas oitocentistas, tem como norte uma “história nacional”, que está sendo construída, selecionando e dando sentido ao passado colonial, com base na realidade vivida no presente. Isso pode ser observado nos argumentos e no vocabulário usados na sua análise do processo de independência em Goiás, quando o historiador negligencia os anseios de ascensão ao poder da elite goiana, atribuindo aos conflitos dos anos de 1821 e 1823 uma dimensão nacional, uma motivação patriótica.

Particularmente, quando ressalta que Goiás, como todo reino, havia padecido com a má administração portuguesa, Alencastre articula os fatos regionais com os nacionais, irmana os goianos com o restante da população do País, e os insere na causa comum: a valorização da independência e do projeto monárquico. Importante é acrescentar, nesse sentido, que a crítica a Portugal não inclui o Monarca D. Pedro I, a quem se atribui a fundação do Império do Brasil. (ALENCASTRE, 1979). Nesse sentido, pode-se dizer que a narrativa de Alencastre reforça a ideia de nação unitária e justifica um projeto de centralização política, que ganhou força a partir dos anos de 1840, sob a égide do reinado de D. Pedro II, quando foram controlados os anseios descentralizadores do Período Regencial.

Os *Anais da Província de Goiás*, inseridos na cultura historiográfica oitocentista, particularmente, nas orientações fornecidas pelos fundadores do IHGB, reconstruiu o passado colonial goiano, em consonância com as demandas do Estado brasileiro, mais precisamente, o projeto de uma elite dirigente e de seus asseclas letrados, que almejavam afirmar sua autonomia política e cultural, bem como promover o desenvolvimento de todas as partes do território brasileiro. Como confirmam os estudos de Manoel Salgado Guimarães, para os fundadores do IHGB, “[...] seriam as demandas decorrentes da necessidade de fundar uma nação no antigo espaço colonial português que tornariam a ida ao passado uma demanda do presente para assegurar um projeto de futuro”. (GUIMARÃES, 2006, p. 77-78).

Noé Sandes e Cristiano Arrais (2013, p. 854), inquirindo sobre a produção dos *Anais* e outras narrativas oitocentistas, apresentam uma nova possibilidade interpretativa em relação a esse período da história goiana, chamando a atenção para o surgimento de uma “consciência histórica” no século XIX, “que conclama o Estado a participar da construção, não mais da Nação já esboçada, mas da Região ainda em rascunho”. Nesse sentido, a narrativa de Alencastre visaria a estreitar os laços entre a região e o Estado. Essa interpretação é verossímil, mas não se pode diminuir a importância dada à dimensão nacional nos escritos históricos construídos neste contexto. A nação estaria esboçada, na década de 1860, em termos jurídicos e na percepção das elites políticas; entretanto, ainda não se havia uma identidade política e cultural consolidada. Os *Anais da Província de Goiás* não fogem do modelo historiográfico criado pelo IHGB, que tem como objetivo central dar inteligibilidade à “história nacional”. As partes (regiões) devem ser consideradas para se reforçar a unidade.

O interesse pelos indígenas, por parte do IHGB, deve-se ao reconhecimento da tradicionalidade dessa ocupação, porque eram povos originários do território. Estavam presentes em todas as fontes e na memória da população. Não era possível contar a história do País sem eles, e isso já era consensual. A questão é: Como incluí-los no projeto de desenvolvimento nacional e regional? Um projeto que não se restringe ao mundo das ideias, mas visa a justificar ações práticas e formar opiniões. Na visão de Manoel Luis Salgado Guimarães (1998, p. 7), a historiografia brasileira oitocentista, ao “definir a nação”, tendo como meta a civilização dos trópicos nos moldes europeus, exclui deste projeto nacional tanto os indígenas quanto os afro-brasileiros. Esses grupos são vistos como os “outros”, que ameaçam a soberania interna, e que precisam ser controlados, embranquecidos ou conquistados.

As narrativas que colocam o indígena como um obstáculo, como uma pedra atrapalhando o percurso do desenvolvimento, têm nítidos propósitos políticos e econômicos, servindo para justificar a conquista territorial. Ao atrelar a periculosidade indígena à decadência provincial, a elite política e intelectual do Brasil-Império veicula a visão europeizante, que estava presente desde os primeiros escritos coloniais. Dentro dessa perspectiva, enuncia-se que: em nome do progresso econômico, da civilização e da catequese, os atos de conquista foram e são inevitáveis. A história goiana construída no século XIX, baseada nas memórias deixadas pelo colonizador, é uma história que critica e ao mesmo tempo justifica a conquista. Dentro da lógica

capitalista e os padrões culturais ocidentais, não havia outra opção. Só podia ser assim.

A premência da conquista dos indígenas, presentes nos relatos históricos, foi apropriada da leitura de documentos oficiais, memórias de missionários e crônicas, que circulavam desde o período colonial, e que serviram como fonte para se escrever a história do Brasil. No entanto, não se trata apenas de uma antiga memória que está sendo apropriada no Oitocentos, trata-se, sim, de uma demanda do presente que condiz com as informações fornecidas pelos relatos coloniais, o que torna esses relatos extremamente úteis para legitimar a continuidade de uma política indigenista, que atende aos interesses dos poderes públicos e privados. Isso condiz com os objetivos dos fundadores do IHGB, que acreditavam que o conhecimento histórico e geográfico poderia contribuir para a administração do Estado. (MATTOS; BARBOSA, 1908, p. 6-8).

As sociedades indígenas estiveram presentes em várias circunstâncias durante o período da colonização portuguesa (MONTEIRO, 1994, p. 432) e foram sujeitos ativos na história do Brasil, seja negociando, seja resistindo, ou lutando nas guerras com os estrangeiros e sertanistas, por isso, elas estavam muito presentes nas narrativas de Silva e Souza e de Alencastre. No século XIX, a presença desses grupos no território brasileiro ainda era pujante, especialmente, nas regiões mais distantes do Litoral, como Goiás, por exemplo, que possuía algumas etnias resistindo à conquista.

Ao longo do Oitocentos, nos textos das autoridades estatais e de viajantes, há várias denúncias sobre as incursões indígenas. O Conselho de Governo goiano, em 1832, demonstra claramente a sua preocupação com a ação dos Avá-canoeiros, Xavantes e Xerentes, que estariam contribuindo para a “decadência” da província, na medida em que impediam a navegação dos rios Tocantins e Araguaia e prejudicavam o comércio, a agricultura, a criação de gado e a mineração, levando a população a abandonar sua casa. Para defender os habitantes desses ataques, sugeria-se dar mais educação aos índios, a concessão de dádivas e, quando necessário, a promoção de uma guerra ofensiva (ATA DO CONSELHO GERAL DA PROVÍNCIA DE GOIÁS, apud JORNAL A MATUTINA MEIAPONTENSE, 1832, p.1-2, n. 340). Segundo Dulce Madalena Rios Pedroso (2006, p. 63-69): “A guerra ofensiva contra os índios não se resumia apenas no envio de bandeiras. Paralelamente, havia destacamentos incumbidos de guarnecer presídios militares, arraiais e locais onde os índios apareciam com frequência”.

Os estudos de Leandro Rocha (1998, p. 28-26), baseados em documentos relativos à Goiás no século XIX, apontam que os Xerente, que habitavam a Comarca do Norte, nas margens do rio Tocantins, eram representados como uma ameaça constante para a rota de gado proveniente da Bahia. O Avá-canoeiros também eram bastante temidos por suas ações nos arraiais de “Pilar, São José, Palma e Porto Imperial”.

É certo que, nas narrativas dos agentes imperiais e viajantes oitocentistas, houvesse muito exagero quando retratavam o cenário de decadência provincial, como afirma Noé Sandes (2001). No tocante, à questão indígena, acredito que também possa haver, além de exageros, generalizações e omissões para justificar a “guerra ofensiva” e a inevitabilidade da conquista territorial pela força das armas. Por essa razão, é preciso desconfiar dessas narrativas que retratavam as ações e reações indígenas.

### Considerações finais

Pode-se notar nas narrativas de Alencastre e Silva e Souza que o indígena de Goiás é representado como uma vítima. Contudo, enquanto Silva e Souza critica o sertanista, Alencastre (1979, p. 16) responsabiliza a Coroa portuguesa, que retardou o “desenvolvimento da futura nação” e, em nome da civilização, dizimou vários grupos étnicos, que para ele tinham índole pacífica. Mas o indígena também é retratado nessas narrativas como um algoz, porque aterrorizava a população. As estradas não eram seguras, o povoamento era dificultado e o almejado desenvolvimento era retardado, pelo temor que os colonos tinham dos indígenas. Logo, acreditava-se que, para a província sair do estado de decadência, era preciso conquistar os indígenas, acabar com as hostilidades desses “inimigos”, fosse por meio da brandura ou por meio das armas.

Como se pode notar, se o discurso da decadência de Goiás, veiculado no século XIX, serviu a fins políticos para viabilizar um projeto de desenvolvimento ou à modernidade. (CHAUL, 2010). Os discursos sobre os atos de conquista, presentes em Silva e Souza, Alencastre e em outros letrados do IHGB, embora remontassem à história colonial, também se relacionavam aos propósitos políticos do presente e à vontade de obter braços e terras. (CUNHA, 1992, p. 141).

Sob a bandeira do desenvolvimento nacional e da civilização, as narrativas oitocentistas demonstram a forma como a Coroa portuguesa impôs sua territorialidade para os grupos indígenas, desprezando o tipo de

territorialidade que eles possuíam, ou seja, negando a forma como esses grupos usavam seus saberes tradicionais e usufruíam dos espaços físicos onde habitavam. Após a independência, o Estado brasileiro manteve, em linhas gerais, a política indigenista colonial, ao dar continuidade ao projeto “civilizador”. O vocabulário usado nas narrativas de Silva e Souza, Alencastre e outros membros da elite letrada é revelador dessa política. Descer, aldear, civilizar, combater e educar eram práticas que negavam os saberes e a cultura indígena, visando a instituir a ideia de compra, venda, consumo e trabalho, a fim de impor a soberania estatal e promover o domínio e a exploração do território ocupado pelos povos tradicionais.

Ao negar a territorialidade e a cultura dos povos indígenas, o Estado imperial busca legitimar o seu projeto *civilizador*. Há de se ressaltar, contudo, que, embora as narrativas retratassem a “hostilidade” dos indígenas, demonstra-se também que, sem a parceria entre indígenas e não indígenas, o projeto *civilizador* e a conquista territorial não seriam possíveis. A vitória dos sertanistas, seja no período colonial, seja no imperial, em várias ações dependia da contribuição dos indígenas aliados. As técnicas de guerra, o conhecimento sobre os caminhos e a alimentação dos indígenas foram fundamentais para interiorização do País, fixação e sobrevivência da população que se embrenhava nos chamados “sertões” brasileiros. Como aponta Mary Karach (1992, p. 406), colocar os indígenas nos aldeamentos goianos foi uma estratégia para se apropriar da sua mão de obra e dos seus conhecimentos sobre o território.

Os estudiosos da nova história indígena destacam, com veemência, a necessidade de desconstruir a visão etnocêntrica, herdada das narrativas coloniais, para uma melhor compreensão da história do Brasil. Como argumentam João Pacheco de Oliveira e Maria Celestino de Almeida (2016, p. 10), foram os vários registros históricos sobre as etnias indígenas, “formulados pelos colonizadores, por cronistas, missionários e pela história oficial, que as anularam enquanto protagonistas da história, permitindo apenas considerá-los como objetos exóticos, resíduos de um passado distante”. Para essa desconstrução são importantes os estudos que adotam uma perspectiva decolonial (BRIGHENTI, 2016, p. 245) e buscam contextualizar as produções historiográficas, a fim compreender o lugar das falas dos sujeitos que escreveram a história do Brasil, bem como identificar a matriz epistemológica em que esses escritos se aparam.

No século XIX, a grade epistemológica que fundamentava a narrativa histórica provinha das vertentes românticas e filosóficas do historicismo

(REIS, 2002), e as referências culturais da intelectualidade ocidental eram etnocêntricas. No Brasil os letrados, geralmente, eram comprometidos com as instituições ligadas ao Estado. Silva e Souza escreveu, a pedido da câmara de Vila Boa. Alencastre começou a elaborar seu texto quando era presidente da província de Goiás e estava ligado ao IHBG, que propunha uma escrita propositiva e sob uma perspectiva nacional. Não obstante a distância temporal, os dois escritores compartilhavam a visão hegemônica da elite do Brasil Imperial, que, por um lado, adota uma retórica indigenista e, por outro, em nome da civilização dos costumes e do desenvolvimento, defendia a conquista territorial e a assimilação, muitas vezes compulsória, dos povos indígenas.

## Referências

---

- AMADO, Janaína. Região, sertão nação. *Revista Estudos Históricos*, v. 8, n. 15, p. 145-151, 1995.
- ALENCASTRE, José Martins Pereira de. *Anais da Província de Goiás (1863)*. Brasília: Gráfica Ipiranga, 1979.
- ASSIS, Wilson Rocha. *Os moderados e as representações de Goiás n' A Matutina Meiapontense (1830-1834)*. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2007.
- BRIGHENTI, Clovis Antônio. Colonialidade e decolonialidade no ensino da história e cultura indígena. In: WITTMANN, Luísa Tombini; SOUZA, Fabio Feltrin de. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão-SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. p. 231-285. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-nahistc3b3ria.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018.
- ATA do Conselho Geral da Província de Goiás, apud. *A Matutina Meiapontense*, Meiaponte, 1832, p. 1-2, n. 340.
- CHAUL, Nasr Fayad. *Caminhos de Goiás: da construção da decadência aos limites da modernidade*. Goiânia: Ed. da UFG, 2010.
- CUNHA, Manuela Carneiro da. Política Indigenista no Século XIX. In: \_\_\_\_\_. (Org.) *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura: Fapesp, 1992. p. 133-154.
- FUNES, Eurípedes Antônio. *Goiás, 1800-1850: um período de transição da*

- mineração à agropecuária. Goiânia: Ed. da UFG, 1986.
- FERREIRA, Joaquim Carvalho. *Presidentes e governadores de Goiás*. Goiânia: UFG, 1980.
- GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 5-27, jan. 1988. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1935/1074>>. Acesso em: 14 nov. 2016.
- GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. A disputa pelo passado na cultura histórica oitocentista no Brasil. In: CARVALHO, José Murilo (Org.). *Nação e cidadania no império: novos horizontes*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p. 93-122.
- GUIMARÃES, Manoel. Luiz Salgado. Entre as luzes e o romantismo: tensões da escrita da história do Brasil oitocentista. In: \_\_\_\_\_. *Estudos sobre a escrita da história*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2006. p. 68-85.
- KARACH, Mary. Catequese e cativo: política indigenista em Goiás, 1780-1889. In: CUNHA, Manuela Carneiro. *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras; Secretaria Municipal de Cultura/Fapesp, 1992. p. 397-412.
- MAGALHÃES, José Vieira Couto de. *Viagem ao Araguaia*. São Paulo: Três, 1974.
- MATTOS, José Raimundo da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: Líder, 1979.
- MATTOS, José Raimundo da Cunha. *Chorographia Histórica da Província de Goiás*. Goiânia: Líder, 1979.
- MATTOS, Raymundo José da; BARBOSA, Januário da Cunha. Discurso. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. I. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 3. ed, 1. trim. 1908. p. 6-8., n. 1. t. I.
- MONTEIRO, John M. Índios. In: SILVA, Maria Beatriz Nizza da (Coord.). *Dicionário da História da Colonização Portuguesa no Brasil*. Lisboa/São Paulo: Verbo, 1994. p. 432-435.
- OLIVEIRA, João Pacheco de; ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. Prefácio. In: \_\_\_\_\_. WITTMANN, Luisa Tombini; SOUZA, Fabio Feltrin de. *Protagonismo indígena na história*. Tubarão-SC: Copiart; [Erechim, RS]: UFFS, 2016. p. 7-14. (Educação para as relações étnico-raciais, v. 4). Disponível em: <<https://ayalaboratorio.files.wordpress.com/2017/07/vol4-protagonismo-indc3adgena-nahistc3b3ria.pdf>>. Acesso em: 23 maio 2018.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. Vão surgindo sentidos. In: \_\_\_\_\_. *Discurso Fundador: a formação do país e a construção da identidade nacional*. 3. ed. Campinas-SP: Pontes, 2003. p. 11-25.
- PALACIN, Luis ; MORAES, Maria Augusta de Sant'Anna. *História de Goiás (1722-1972)*. Goiânia: Ed. da UCG, 1994.
- PEDROSO, Dulce Madalena Rios. Avá-Canoeiro. In: MOURA, Marlene Castro Ossami de (Coord.). *Índios de Goiás: uma perspectiva histórico-cultural*. Goiânia: Ed. da UCG/Ed. Vieira/Ed. Kelps, 2006. p. 89-133.
- POHL, Johan Emanuel. *Viagem no interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1976.
- REIS, José Carlos. O historicismo e a redescoberta da história. *Locus, Revista de História*, v. 8, n. 1, 2002. Disponível em: <<https://locus.ufjf.emnuvens.com.br/locus/article/view/2437/1734>>. Acesso em: jun. 2018.

- ROCHA, Leandro Mendes. *O Estado e os índios: Goiás, 1850-1889*. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.
- SAINTE-HILAIRE, August de. *Viagem às nascentes do Rio São Francisco e pela província de Goiás*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1975.
- SALLES, Gilka Vasconcelos F. de. A pesquisa histórica em Goiás. *Revista de História da Usp*, v. 43, n. 88, p. 453-491, 1971. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/131205>>. Acesso em: jun. 2018.
- SANDES, Noé Freire. Memória, nação e região. In: CHAUL, Nasr F. Chaul; RIBEIRO, Paulo R. (Org.). *Goiás: identidade, paisagem e tradição*. Goiânia: Ed. da UCG, 2001. p. 17-23.
- SANDES, Noé; ARRAIS, Alencar. História e memória em Goiás no século XIX: uma consciência da mágoa e da esperança. *Vária História*, Belo Horizonte, v. 29, n. 51, p. 847-861. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/vh/v29n51/v29n51a10.pdf>>. Acesso em: 26 abr. 2018.
- SOUZA, Luiz Antônio da Silva. Memória sobre o descobrimento, governo, população, e cousas mais notáveis da Capitania de Goyas. *Revista Trimensal de História e Geographia ou Jornal do Instituto Histórico e Geographico Brasileiro*, n. 16, 4. trim. p. 429-510, 1849.
- SPOSITO, Fernanda. *Nem cidadãos, nem brasileiros: indígenas na formação do Estado nacional brasileiro e conflitos na província de São Paulo (1822-1845)*. 2006. Dissertação (Mestrado em Historia) – Programa de Pós-Graduação em História Social, FFLCH, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-21052006-210031/pt-br.php>>. Acesso em: 22 maio 2018.
- TAUNAY, Visconde. *A província de Goyaz*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional, 1876. Disponível em: <[https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4868/1/018981\\_COMPLETO.pdf](https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/4868/1/018981_COMPLETO.pdf)>.
- TELES, José Mendonça. *Vida e obra de Silva e Souza*. 2. ed. Goiânia: Ed. da UFG, 1998.

